

COMPRAS PÚBLICAS: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS TRABALHOS PUBLICADOS NO EnANPAD E EnAPG DE 1997 A 2019

PUBLIC PURCHASES: AN ANALYSIS FROM WORKS PUBLISHED IN EnANPAD AND EnAPG FROM 1997 TO 2019

Fabricio Barbosa da Costa 1

Suzana Gilioli da Costa 2

Keile Aparecida Beraldo 3

Thalia Cléo Felizardo Arrais 4

Mestrado em Gestão de Políticas Públicas, UFT. Administrador do Instituto Federal do Tocantins. 1
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7944157301555945>.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1660-2802>.
E-mail: fabricio_912@hotmail.com

Doutorado em Administração, Mackenzie. Professora no Programa de Pós-graduação em Gestão de Políticas Públicas (GESPOL) da Universidade Federal do Tocantins. 2
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0463372631179918>.
ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-3173-2998>.
E-mail: suzanagilioli@yahoo.com.br

Doutorado em Desenvolvimento Rural, UFRGS. Professora no Programa de Pós-graduação em Gestão de Políticas Públicas (GESPOL) da Universidade Federal do Tocantins. 3
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2826778093832788>.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0739-1548>.
E-mail: keile@uft.edu.br

Graduanda em Serviço Social, Unitins. 4
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8734079152309875>.
E-mail: lia.arrais27@gmail.com

Resumo: A temática compras públicas vem sendo cada vez mais pesquisada devido a sua representatividade na parcela econômica e maior transparência do governo. A veiculação midiática de casos de corrupção, assim como a facilidade no acesso as informações têm despertado uma atenção para a sua discussão. Portanto, esta pesquisa objetivou investigar como anda as produções acadêmicas e suas características em um dos mais importantes fóruns de discussão sobre a produção acadêmica em Administração e Administração Pública no Brasil, através de uma revisão sistemática. Os dados foram coletados através dos 35 artigos localizados na EnANPAD e na EnAPG de 1997 até 2019, analisando a distribuição temporal, a participação dos autores nessas pesquisas, as metodologias utilizadas, e as áreas de estudo mais analisadas. Os resultados indicam uma crescente demanda por pesquisas nessa área com maior número de publicações nos anos de 2013, 2018 e 2019, relacionadas as aquisições que buscam o desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Compras Públicas. Revisão Sistemática. EnANPAD. AnAPG.

Abstract: The theme of public purchases has been increasingly researched due to its representativeness in the economic sector and bigger government transparency. The media coverage of corruption cases, as well as the ease of access to information has attracted attention to its discussion. Therefore, this research demand to investigate how academic production is going and its characteristics in one of the most important discussion forums on academic production in Administration and Public Administration in Brazil, through a systematic review. Data were collected through the 35 articles located at EnANPAD and EnAPG from 1997 to 2019, analyzing the temporal distribution, the participation of the authors in this research, the methodologies used, and the most analyzed areas of study. The results indicate a growing demand for research in this area with a greater number of publications in the years 2013, 2018 and 2019, related to acquisitions that seek sustainable development.

Keywords: Public Purchases. Systematic Review. EnANPAD. AnAPG.

Introdução

As compras públicas são responsáveis por uma significativa porção da economia de um país e do orçamento do setor público. Na economia mundial, as compras governamentais representam uma parcela de 15% do PIB mundial (UNGM, 2014 *apud* ARAÚJO; ROSA, 2017). Enquanto no Brasil somente no ano de 2017, o gasto com compras públicas atingiu em média, 13% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, representando aproximadamente R\$ 850 bilhões de reais gastos (PÉRCIO, 2018).

A República Federativa do Brasil é composta pelos entes federados da União, Estados, Municípios e Distrito Federal, os quais prestam serviços para a população de forma direta ou indireta, através de órgãos e entidades. Para atender as necessidades da população a Administração Pública necessita realizar aquisições de produtos e serviços no mercado, representando assim, um enorme volume de compras realizadas pelo governo.

Devido ao volume do dinheiro público despendido em compras governamentais e sua relevância para prestação dos serviços públicos, existe uma cobrança da sociedade direcionada para a transparência, probidade, eficiência, legitimidade e *accountability* das compras públicas. Além disso, fatos veiculados cada vez com mais intensidade para a sociedade nas últimas décadas demonstrando a existência de casos de corrupção nas aquisições e contratos públicos. Como exemplo, o impeachment do Presidente Fernando Collor de Melo em 1992, por suspeita de fraude em aquisições públicas, evento este, que é considerado como um dos marcos históricos para a criação da primeira lei de licitações (8.666/93). Assim como, outros eventos divulgados e de conhecimento público, vinculados a prática de corrupção têm ocasionado a criação de uma série de legislações para normatizar as compras públicas (ARAÚJO; JESUS, 2013; PINHEIRO *et al.*, 2013; PÉRCIO, 2018).

Diante do exposto, este trabalho busca levantar e analisar questões relevantes apresentadas nos trabalhos publicados sobre compras públicas nos Encontros da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (EnANPAD), e Encontros de Administração Pública e Governança da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (EnAPG), entre os anos de 1997 à 2019. E a partir do levantamento das publicações do período entender como anda a produção acadêmica sobre o tema.

Assim, o objetivo principal deste estudo é analisar a distribuição temporal das publicações dos trabalhos, categorizando-os por objeto principal dos artigos publicados, além de verificar a participação dos autores por meio da descrição da quantidade de autores que publicaram sobre o tema, quantidade de artigos por autor e quantidade de autores que escreveram o artigo. O trabalho está estruturado da seguinte maneira: primeiramente apresentam-se as principais normas que regem as compras públicas brasileiras e uma resumida revisão de literatura, em seguida são discutidos os aspectos metodológicos, e por fim descrevem-se os resultados encontrados durante a pesquisa.

Perspectivas Conceituais e Normativas

A Administração Pública necessita adquirir produtos e serviços para o funcionamento de seus órgãos e entidades, para assim prestar serviços para a sociedade. Diferentemente do setor privado, o Poder Público necessita obedecer às regras para contratação e aquisição. Com isso a Constituição Federal, em seu artigo 37, inciso XXI, estabelece que:

Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações (BRASIL, 1988, art. 37º).

Portanto, a Constituição Federal Brasileira já define que as compras públicas realizadas pela administração direta ou indireta, devem ser realizadas através de procedimento licitatório.

Ferraz (2002) define licitação como procedimento necessário para assinar contratos com a pessoa física ou jurídica que oferecer as condições mais vantajosas para a Administração Pública, após realizada uma disputa entre interessados que formularam suas propostas e a submeteram para seleção. Para o TCU (2010, p.19) a licitação consiste em um “procedimento administrativo formal em que a Administração Pública convoca, por meio de condições estabelecidas em ato próprio (edital ou convite), empresas interessadas na apresentação de propostas para o oferecimento de bens e serviços”.

A Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, conhecida como Lei Geral das Licitações, foi elaborada para regulamentar o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, e consequentemente o processo de licitação no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. A referida lei, traz em seu artigo 3º que:

A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos (BRASIL, 1993, art. 3º).

Com o passar dos 26 anos de existência da Lei Geral de Licitações, a legislação já passou por uma série de alterações, visando se adequar a realidade atual do mercado e solucionar entraves que existiam na versão inicial da Lei 8.666/93. A referida Lei em seu artigo 22º define as modalidades existentes de licitação: concorrência, tomada de preços, convite, concurso e leilão. Porém a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, institui uma nova modalidade de licitação denominada pregão para aquisições de bens e serviços comuns. Anos depois o Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, regulamenta o pregão na forma eletrônica. Em 2011, o governo institui o regime diferenciado de contratações públicas, mediante a Lei nº 12.462/2011, aplicável exclusivamente para as licitações e contratos descritos no artigo 1º da referida Lei.

Em 2013, o Decreto nº 7.892, regulamenta o sistema de registro de preços previsto no artigo 15 da lei nº 8.666/93, e como forma contínua de aprimoramento das normas licitatórias, em 2019 o governo lança o Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, que regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, que entra em vigor na data de 28 de outubro de 2019 (BRASIL, 1993; BRASIL, 2002; BRASIL, 2005; BRASIL, 2011; BRASIL, 2013; BRASIL, 2019).

Conforme mencionado nos parágrafos acima, as normas e legislações que regem as licitações no Brasil, vêm passando por uma série de alterações e mudanças com o intuito de minimizar gargalos existentes no processo de aquisição, buscando também se adequar as condições comerciais do mercado atual, além de tentar reduzir as possibilidades de corrupção, trazendo mais transparência, eficiência, igualdade e os demais princípios que regulam as Leis citadas, ao procedimento licitatório.

Dado o volume de recursos envolvidos, o setor público, como consumidor de grande porte, encontra-se em posição privilegiada para criar economias de escala, que alavancam as margens de lucros dos produtores e reduzem seus riscos. Assim, ao aumentar a demanda por determinados produtos,

o governo sinaliza favoravelmente aos produtores com um mercado permanente e estável para ofertar seus bens (MOURA, 2013, p. 23).

O valor despendido com compras públicas é de tal forma significativo que o Poder Público utiliza para desenvolver determinados segmentos no país. Assim como expõe Marlon (2007, *apud* REIS, CABRAL, SAMPAIO, 2013, p. 2), que “diante do poder de mercado do setor público, a contratação pública de bens e serviços é um meio importante e comumente usados para redistribuir recursos entre os agentes econômicos”.

Devido ao notório poder de compras do governo, o mesmo utiliza desse fator para além de buscar desenvolver determinados segmentos, também incentivar políticas públicas direcionadas para o desenvolvimento sustentável, mediante compras públicas sustentáveis (CPS), incorporando critérios sustentáveis no procedimento licitatório (MOURA, 2013).

O Poder Público em suas contratações, tem utilizado suas políticas de compras também como forma de apoio direto, para as microempresas e empresas de pequeno porte concedendo oportunidades dessas empresas fornecerem seus produtos e serviços para o setor público (LOADER, 2005 *apud* ALMEIDA, ALMEIDA, GUARNIERI 2017).

O governo tem dado crescente atenção para aquisição de bens e serviços através do fornecimento por microempresas e empresas de pequeno porte, devido a significância que essas empresas têm para a economia do país, além dos benefícios que essas empresas podem gerar ao fornecerem seus serviços para o setor público (MOREIRA, MATIAS-PEREIRA, 2008; REIS, CABRAL, SAMPAIO, 2013).

Corroborando com essa informação, o SEBRAE-SP (2005 *apud* MOREIRA, MATIAS-PEREIRA, 2008) traz que 99,2% dos empreendimentos no Brasil, pertence as micro e pequenas empresas (MPEs), sendo responsáveis pela criação das maiorias dos postos formais de trabalho e pela totalidade dos postos informais. Como forma de normatizar o apoio direto do governo dado as ME/EPPs, a Lei Complementar nº 123/06, conhecida como Lei Geral das micro e pequenas empresas, em seu artigo 47º, traz que nas aquisições do governo deve ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, com o objetivo de promover o desenvolvimento no âmbito municipal e regional (BRASIL, 2006).

Alguns anos depois, o governo sanciona o Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, regulamentando o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedor individual e sociedades cooperativas de consumo nas aquisições públicas (BRASIL, 2015).

A utilização da internet para realizar os procedimentos licitatórios pelo governo tem alcançado níveis maiores de economia, tendo em vista que empresas sediadas em outras cidades ou estados possam participar do certame pelo seu computador, sem a necessidade de se deslocar até o órgão, ampliando assim consequentemente a concorrência entre as empresas. A internet também resulta em maior transparência e fiscalização sobre as aquisições e contratos públicos, tendo em vista o fácil acesso da população e de empresas concorrentes, aos conteúdos e informações do processo (SOARES, VICENTE, 2011; PINHEIRO *et al.*, 2013; VIEIRA, ANDRADE, FERREIRA, 2016; REIS, CABRAL, 2016).

Plataformas criadas pelo governo para realizar as licitações, tem facilitado o procedimento de aquisição e disponibilização de informações em tempo real para sociedade e fornecedores, como é o caso do comprasnet (Portal de Compras do Governo Federal). As licitações eletrônicas foram instituídas no início dos anos 2000, com marco do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, regulamentando o pregão na forma eletrônica. Com o passar dos anos outras plataformas também foram criadas a nível federal, estadual e municipal, seguindo a tendência da realização de licitações por meio eletrônico, o que resulta em uma maior competitividade entre as empresas e consequentemente em redução dos gastos para o Estado (SOARES, VICENTE, 2011; PINHEIRO *et al.*, 2013; REIS, CABRAL, 2016).

Aspectos Metodológicos

Com relação a sua natureza, essa pesquisa é considerada como um estudo quantitativo, onde seus dados e informações podem ser mensurados em números ou quantificados para serem classificadas e analisadas, exigindo para isso o uso de recursos e técnicas estatísticas (MATIAS-PEREIRA, 2012; PRODANOV, FREITAS, 2013).

A pesquisa é caracterizada como descritiva, que segundo Prodanov e Freitas (2013), ocorre quando o pesquisador registra e descreve os fatos observados sem interferência, buscando esclarecer e descrever as características de uma população, ou até mesmo estabelecer relações entre as variáveis, utilizando para coleta de dados, técnicas padronizadas, seja através de um questionário ou de uma observação sistemática.

Quanto aos procedimentos técnicos, trata-se de uma pesquisa *ex-post-facto*, a qual ocorre, segundo GIL (2008), quando o pesquisador não possui controle sobre as variáveis devido ao fato de já terem acontecido ou simplesmente por serem não manipuláveis. É caracterizada conforme esse procedimento técnico pois procura analisar os artigos já publicados, apresentando as características e visibilidade a respeito do tema no transcurso dos encontros analisados.

Os dados foram compilados por meio de revisão literatura e revisão sistemática dos anais do Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (EnANPAD), e do Encontros de Administração Pública e Governança da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (EnAPG), que estão entre os mais importantes fóruns de discussão sobre a produção acadêmica em Administração e da Administração Pública no Brasil.

O levantamento dos dados ocorreu através de consulta no site da associação, na busca avançada, por meio das palavras chaves “aquisição pública”, “aquisições públicas”, “compras públicas”, “compra pública”, “compras governamentais”, “compra governamental”, “aquisição governamental”, “aquisições governamentais”, “licitação”, “licitações”, e “licitatório”, com o intuito de localizar os temas que tratavam das compras públicas como questão principal. Foi utilizado as onze palavras chaves distintas pois as mesmas tratam do mesmo assunto. O recorte temporal dos trabalhos publicados foi entre 1997 a 2019.

Foram encontrados: 1 artigo com a palavra-chave “aquisição pública”; 1 com “aquisições públicas”; 17 artigos com “compras públicas”; 0 com “compra pública”; 7 com “compras governamentais”; 1 com “compra governamental”; 0 com “aquisição governamental”, 0 com “aquisições governamentais”, 6 com “licitação”; 6 com “licitações”; e 2 com a palavra-chave “licitatório”. Totalizando a princípio um total de 41 artigos.

Analisando os resultados foi observado que 2 dos encontrados não faziam parte da EnANPAD e EnAPG, sendo assim desconsiderados. Outros dois a palavra-chave fazia parte de outra palavra, nos casos de solicitação e videolicitação, as quais não tinham como objeto de análise as compras públicas, sendo também desconsiderados. E dois artigos que apresentavam ao mesmo tempo no título duas palavras-chave pesquisadas, sendo também desconsiderados um dos dois encontrados, para não haver duplicidade. Portanto ao fim, para construção dessa pesquisa, foram analisados um total de 35 artigos válidos para realização da revisão sistemática.

Resultados

Os trabalhos publicados na EnANPAD e na EnAPG, de 1997 a 2019. Ressalta-se o fato de que os eventos ocorrem, respectivamente, de forma anual ou a cada biênio. Os 35 artigos selecionados foram analisados com a pretensão de descrever a distribuição temporal dos artigos, verificar a participação dos autores, identificar os temas e as metodologias utilizadas nessas pesquisas. Na busca por meio de palavras-chave correlacionadas com o tema, no título dos artigos só foram encontrados trabalhos a partir do ano de 2006, conforme é possível visualizar na Tabela 01 a seguir.

Tabela 01. Número de artigos publicados nos eventos por ano.

	Número de Artigos	Anos do evento													
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
EnANPAD		0	1	1	3	2	2	1	4	1	3	1	3	4	4
EnAPG		2	-	1	-	0	-	1	-	0	-	1	-	-	0

Fonte: Elaborado pelos autores.

Analisando as publicações no EnAPG, a partir da Tabela 01, é possível identificar que tiveram apenas 5 artigos publicados sobre a temática analisada em toda a trajetória do encontro, tendo o maior número de artigos publicados em 2006, com 2 em sua totalidade, e nos anos de 2010 e 2014 o encontro não trouxe nenhum artigo relacionado ao tema.

Em análise ao EnANPAD, as publicações de artigos relacionadas ao tema iniciaram em 2007, onde antes desse ano não teve nenhum artigo publicado com relação a esta temática. Porém, a partir do ano de 2007, foram publicados 30 artigos no evento, sendo possível constatar a presença de pesquisas em todos os anos do evento, o qual ocorre anualmente, tendo o maior número de publicações nos anos de 2013, 2018 e 2019, com um total de 4 artigos publicados em cada um dos anos mencionados.

É possível verificar, que as pesquisas e discussões acadêmicas sobre o tema de aquisições realizadas pelo governo vem crescendo com o passar dos anos, devido ao número de publicações cada vez maior ano após ano. Isso é demonstrado devido ao fato de que essa revisão sistemática analisa os artigos relacionados ao tema desde o ano de 1997, ou seja, 22 anos de encontro. E dos 35 artigos encontrados, 86% das publicações (30 artigos) foram publicados na última década, sendo 23% (8 artigos) nos últimos dois anos demonstrando o enfoque cada vez maior sobre a temática de compras públicas. Este aumento da visibilidade da temática é compreensível, devido a Lei Geral de Licitações, ter sido criada apenas em 1993, tendo assim apenas 26 anos de existência, a qual vem passando por uma série de alterações e novas legislações que regulamentam paralelamente as aquisições do governo.

Além da criação da jovem lei de licitações, o aumento da visibilidade desse tema, se deve também aos representativos quantitativos despendidos pelo governo em suas aquisições, assim como os casos de corrupção veiculados pela mídia demonstrando superfaturamento nas compras realizadas pelo setor público com determinada frequência ao longo dos anos, tem despertado a atenção da população e cobranças de transparência e *accountability* nessas aquisições (ARAÚJO; JESUS, 2013; PINHEIRO *et al.*, 2013; ARAÚJO; ROSA, 2017; PÉRCIO, 2018). Assim, consequentemente a temática tem se tornado cada vez mais relevante também na área acadêmica, como é possível analisar pelo aumento das publicações nos últimos anos.

Quanto à autoria dos 35 artigos analisados verificou-se que 83 autores são responsáveis pelos artigos com os temas relacionados a compras do setor público, onde apenas cinco autores participaram em mais de uma publicação. Com apenas uma colaborando em quatro artigos; e outros quatro autores participaram da publicação de 2 artigos, cada. É possível verificar uma tendência a produção coletiva nos artigos publicados, como é possível observar na Tabela 02 a seguir.

Tabela 02. Número de autores por artigo.

Quantidade de autores	Quantidade de artigos	% da Produção
1	2	6%
2	17	49%
3	10	28%
4	6	17%
TOTAL	35	100%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Analisando a Tabela acima é possível verificar que apenas 6% dos trabalhos apresentados foram realizados individualmente, a maioria (49%), teve dois autores, 28% tiveram três autores na sua elaboração, e 17% foi produzido por 4 autores. Demonstrando que a maioria das produções (94%) são realizadas em grupo.

Um dos objetivos pesquisados era conhecer as publicações sobre as aquisições do setor público nos eventos da EnANPAD e da EnAPG. Portanto, os trabalhos foram agrupados de acordo com os assuntos apresentados. Esse agrupamento por assuntos em comum foi importante para verificar qual objeto de estudo dentro da temática de aquisições governamentais prevalece no interesse dos pesquisadores, como é possível analisar na Tabela 03 a seguir:

Tabela 03. Quantidade de artigos publicados nos eventos por área temática.

Temáticas dos artigos	Quantidade de artigos
Gestão estratégica de compras	1
Verificações de indícios de fraude em licitações	1
Compras públicas sustentáveis	7
Participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte	3
Compras públicas compartilhadas	1
Análise do sistema de cotação eletrônica COTEP	1
Celeridade da entrega nas compras governamentais	1
Divergência dos preços adquiridos pelos praticados no mercado	3
Divulgação das aquisições em meios eletrônicos	1
O poder de compra do governo como fomentador de inovação	4
Gerenciamento de riscos nas aquisições públicas	2
Entraves no processo de compras governamentais	1
Análise/ Comparação das modalidades de licitação	3
Variáveis econômico-financeiras nas licitações	1
Controle social nos processos licitatórios	1

Accountability nas aquisições públicas	1
Governança nas compras públicas	1
Desempenho das compras governamentais	1
Mapeamento de estudos e pesquisas sobre compras governamentais	1
TOTAL	35

Fonte: Elaborado pelos autores.

O agrupamento por assuntos apresentados na Tabela 03 revela que a temática relacionada a aquisições públicas que buscam o desenvolvimento sustentável, é o que mais despertou interesse entre os autores pesquisados, aparecendo em 7 artigos dos 35 analisados, seguido pela temática referente ao poder de aquisição do Estado como forma de fomentar a inovação entre os fornecedores no mercado, com 4 artigos.

As temáticas relacionadas a participação de microempresas e empresas de pequeno porte; comparação dos preços praticados no mercado com os efetivados nas compras governamentais; e análise das modalidades de licitação, aparecem cada um deles em 3 artigos distintos. O tema de gerenciamento de riscos nas aquisições públicas aparece em 2 artigos, e os demais artigos têm suas temáticas não agrupadas, devido a sua temática serem apresentados uma única vez dentre os 35 artigos avaliados.

Segundo Prodanov e Freitas (2013) existem uma vasta variedade de tipos de pesquisa. Os autores afirmam também que não há nenhum tipo de pesquisa autossuficiente e na prática pode-se mesclar vários tipos e métodos em um único trabalho. Com relação as metodologias utilizadas nos trabalhos analisados, foram identificadas nas Tabelas 4, 5 e 6, de acordo com as classificações clássicas definidas pelos autores Prodanov e Freitas (2013).

Tabela 04. Abordagens metodológicas quanto aos objetivos mais utilizadas pelos autores.

Metodologia quanto aos objetivos	Quantidade de artigos
Pesquisa Exploratória	13
Pesquisa Descritiva	13
Pesquisa Explicativa	0
TOTAL	26

Fonte: Elaborado pelos autores.

Como é possível verificar na Tabela 04, a pesquisa exploratória e a descritiva foram as mais utilizadas pelos autores, tendo sido cada uma utilizada em 13 artigos. É válido salientar que os autores trabalham com uma ou mais metodologia em seus trabalhos, podendo assim um artigo possuir mais de uma metodologia citada ao mesmo tempo, assim como os autores podem ter classificados as suas pesquisas de outras formas não apresentadas acima, o que mostra que dos 35 artigos analisados, existem apenas 26 metodologias identificadas na Tabela 04.

Tabela 05: Abordagens metodológicas quanto aos procedimentos técnicos mais utilizados pelos autores.

Metodologia quanto aos procedimentos	Quantidade de artigos
---	------------------------------

Pesquisa Bibliográfica	6
Pesquisa Documental	11
Pesquisa Experimental	0
Levantamento (survey)	2
Pesquisa de campo	2
Estudo de caso	10
Pesquisa <i>ex-post-facto</i>	1
Pesquisa ação	0
Pesquisa participante	0
TOTAL	32

Fonte: Elaborado pelos autores.

A Tabela 05 apresenta os procedimentos técnicos mais utilizados pelos autores são o de pesquisa documental aparecendo em 11 artigos, e o de estudo de caso em 10 pesquisas. Os autores apresentaram no total 32 procedimentos técnicos clássicos em seus artigos.

Tabela 06: Abordagens metodológicas quanto a abordagem do problema mais utilizadas pelos autores.

Metodologia quanto a abordagem	Quantidade de artigos
Pesquisa Qualitativa	14
Pesquisa Quantitativa	10
TOTAL	24

Fonte: Elaborado pelos autores.

Analisando as metodologias quanto a abordagem do problema, é possível verificar que os precursores dos artigos utilizaram mais a pesquisa qualitativa presente em 14 artigos, do que a abordagem quantitativa presente em 10 artigos.

Observa-se que a maioria dos artigos de acordo com as classificações dos autores são pesquisas exploratórias ou descritivas, com procedimentos técnicos de pesquisa documental ou estudo de caso, com abordagem qualitativa ou quantitativa. É válido destacar que as classificações definidas pelos autores Prodanov e Freitas (2013), são as mais utilizadas pelos autores em seus artigos, outras classificações aparecem de formas esporádicas.

Conclusão

Este estudo buscou analisar as contribuições das pesquisas dos Encontros da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (EnANPAD) e dos Encontros de Administração Pública e Governança da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (EnAPG) no intervalo temporal de 1997 até 2019 sobre a temática relacionada as compras realizadas pelo governo, procurando verificar como anda as publicações e debates relacionados ao tema no meio acadêmico.

Foram identificados 35 artigos sobre aquisições públicas nos EnANPAD e EnAPG, onde apesar de analisar os eventos desde 1997, as produções acadêmicas sobre o tema só ocorreram a partir de 2006, apresentando desde então participação em algum dos dois encontros

anualmente ocorrendo os maiores números de publicações nos anos de 2013, 2018 e 2019 com a apresentação de quatro artigos em cada ano, mostrando assim uma maior visibilidade do tema com o passar dos anos.

Sobre a literatura levantada nos trabalhos pesquisados identificou-se que dos 83 autores responsáveis pelos 35 artigos publicados, apenas 5 autores publicaram mais de uma pesquisa. Apenas uma autora participou de 4 artigos e quatro autores em apenas 2, demonstrando a pouca continuidade entre os autores nas pesquisas relacionadas ao tema. Com relação a quantidade de autores por pesquisa, apenas 2 artigos foram publicados individualmente, sendo que a maioria das publicações ocorreram em dupla.

Quanto aos assuntos abordados nas pesquisas apresentadas pelos autores no contexto de compras governamentais, cabe destaque ao de compras públicas que buscam o desenvolvimento sustentável, presente em 7 trabalhos publicados distintos como abordagem principal, e os que analisam como abordagem principal o poder de compras do Estado como fomentador de inovação para as empresas, foram apresentados em 4 artigos.

Por meio desta pesquisa foi possível analisar que os trabalhos científicos sobre aquisições governamentais ainda são poucos, mas que vêm alcançando maior visibilidade ao passar dos anos, devido a veiculação de fatos de corrupção nas mídias sociais, e também de maior envolvimento e cobrança por parte da população de como é gasto o dinheiro público. A transparência com auxílio da internet, e com a popularização da mesma tem facilitado o controle pela sociedade da governança do setor público, assim como a pressão da sociedade tem induzido criação de leis que exijam a *accountability* dos agentes públicos.

Licitação é um tema de grande repercussão no contexto mundial, a qual dentro do Brasil tem sido debatida com mais enfoque ano após ano, despertando interesse crescente na área acadêmica. Portanto, este estudo espera contribuir para que mais pesquisas explorando essa temática possam surgir ao longo do tempo, e que este trabalho possa servir de base para futuros estudos, com métodos que contribuam para o para a ampliação dos debates sobre o assunto apresentado.

Referências

ALMEIDA, Walisson; ALMEIDA, Larissa; GUARNIERI, Patricia. **A Participação e o Sucesso das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte em Compras Públicas no Brasil: Uma Replicação.** In: XLI Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 2017, São Paulo. Anais do XLI EnANPAD, 2017.

ARAÚJO, Jurcélino; ROSA, Fernando. **Fatores que afetam a colaboração em Compras Públicas Compartilhadas (CPC) e impactos desta no desempenho de serviços internos e compras do IF Goiano.** In: XLI Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 2017, São Paulo. Anais do XLI EnANPAD, 2017.

ARAUJO, Paula; JESUS, Renata. **Processo Licitatório Tipo Menor Preço e Eficiência em Compras Públicas: um Estudo de Caso.** In: XXXVII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 2013, Rio de Janeiro. Anais do XXXVII EnANPAD, 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.**

_____. **Decreto nº 5.450**, de 31 de maio de 2005. Regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.

_____. **Decreto nº 7.892**, de 23 de janeiro de 2013. Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

_____. **Decreto nº 8.538**, de 6 de outubro de 2015. Regulamenta o tratamento favorecido,

diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal.

_____. **Decreto nº 10.024**, de 20 de setembro de 2019. Regulamenta a licitação, na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.

_____. **Lei Complementar nº 123**, de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999.

_____. **Lei nº 8.666**, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

_____. **Lei nº 10.520**, de 17 de junho de 2002. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.

_____. **Lei nº 12.462**, de 4 de agosto de 2011. Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC; altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, a legislação da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e a legislação da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero); cria a Secretaria de Aviação Civil, cargos de Ministro de Estado, cargos em comissão e cargos de Controlador de Tráfego Aéreo; autoriza a contratação de controladores de tráfego aéreo temporários; altera as Leis nºs 11.182, de 27 de setembro de 2005, 5.862, de 12 de dezembro de 1972, 8.399, de 7 de janeiro de 1992, 11.526, de 4 de outubro de 2007, 11.458, de 19 de março de 2007, e 12.350, de 20 de dezembro de 2010, e a Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001; e revoga dispositivos da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998.

_____. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU). **Licitações e contratos: Orientações e jurisprudência do TCU**. 4. ed. Brasília: TCU, 2010.

FERRAZ, Luciano. **Licitações: estudos e práticas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Esplanada (Adcoas), 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MOREIRA, Marina; MATIAS-PEREIRA, José. **Lei Geral da Micro e Pequena Empresa Versus Small Business Act: uma Comparação entre as Determinações para Inserção das MPEs nas Compras Governamentais**. In: XXXII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 2008, Rio de Janeiro. Anais do XXXII EnANPAD, 2008.

MOURA, Adriana. As compras públicas sustentáveis e sua evolução no Brasil. **IPEA: boletim**

regional, urbano e ambiental. Brasília, DF, n. 7, p. 23-33, jan./jun. 2013.

PINHEIRO, Leonardo *et al.* **Economicidade no Processo de Aquisição Pública no Brasil: Análise Empírica de uma amostra de Atas de Registro de Preços.** In: XXXVII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 2013, Rio de Janeiro. Anais do XXXVII EnANPAD, 2013.

PÉRCIO, Gabriela, 2018. **A importância das compras públicas no Brasil.** Disponível em: <https://www.compraspublicasbrasil.gov.br/portal/publicacoes/a-importancia-das-compras-publicas.html>. Acesso em: 12 de outubro de 2019.

PRODANOV, Cleber; FREITAS, Ernani. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico.** 2.ed. Novo Hamburgo: Freevale, 2013.

REIS, Paulo; CABRAL, Sandro; SAMPAIO, Adilson. **Participação das Micro e Pequenas Empresas nas Compras Públicas: Uma Análise Empírica dos Pregões Eletrônicos da Fiocruz/BA.** In: XXXVII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 2013, Rio de Janeiro. Anais do XXXVII EnANPAD, 2013.

REIS, Paulo; CABRAL, Sandro. **Para Além dos Preços Contratados: Uma Análise da Celeridade nas Entregas de Compras Públicas Eletrônicas.** In: XL Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 2016, Costa do Sauípe. Anais do XL EnANPAD, 2016.
SOARES, Laura; VICENTE, Ernesto. **Divulgação de compras públicas nos websites das capitais dos estados do Brasil.** In: XXXV Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 2011, Rio de Janeiro. Anais do XXXV EnANPAD, 2011.

VIEIRA, Luciana; ANDRADE, Daniela; FERREIRA, Patrícia. **Compras Públicas: Um Estudo Sobre O Sistema De Cotação Eletrônica em uma Empresa Pública Do Estado De Minas Gerais.** In: VII Encontro de Administração Pública e Governança da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 2016, São Paulo. Anais do VII EnAPG, 2016.

Recebido em 22 de maio de 2020.
Aceito em 14 de julho de 2021.